

R.N.: 027/2026 – MG

CLIENTE: UNIODONTO DE CAMPINAS COOPERATIVA ODONTOLÓGICA

ASSUNTO: RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

DATA: 24.01.2026



 Bauer Auditores Associados

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS

Belo Horizonte – MG – Rua Bernardo Guimarães, 2717 – Salas 1001 e 1002 – Lourdes – Cep 30.140-082
Fone: (31) 3295-2837, Fax (31) 3295-2815
bauerauditores@bauerauditores.com.br

ÍNDICE

- 1. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**
- 2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
 - Balanço Patrimonial
 - Demonstração do Resultado do Exercício
 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 - Demonstração dos Fluxos de Caixa
 - Demonstração dos Resultados Abrangentes
- 3. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS

Belo Horizonte – MG – Rua Bernardo Guimarães, 2717 – Salas 1001 e 1002 – Lourdes – Cep 30.140-082
Fone: (31) 3295-2837, Fax (31) 3295-2815
bauerauditore@bauerauditore.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e Cooperados da
UNIODONTO DE CAMPINAS COOPERATIVA ODONTOLÓGICA.
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da UNIODONTO DE CAMPINAS COOPERATIVA ODONTOLÓGICA., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para Opinião sobre as Demonstrações Contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas em seção posterior intitulada “*Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis*”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis – Relatório da Administração

A administração da entidade é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração, o qual deve ser disponibilizado após a data desse relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS

Belo Horizonte – MG – Rua Bernardo Guimarães, 2717 – Salas 1001 e 1002 – Lourdes – Cep 30.140-082

Fone: (31) 3295-2837, Fax (31) 3295-2815

bauerauditore@bauerauditore.com.br

Se, quando lermos o Relatório de Administração, concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, iremos comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Outros assuntos

Responsabilidade da Administração

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 24 de janeiro de 2026.

FÁBIO EDUARDO DE ALMEIDA BAUER
Contador Responsável
CRC MG 077699/O

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS
CRCMG 6427
CVM 8613

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS

*Belo Horizonte – MG – Rua Bernardo Guimarães, 2717 – Salas 1001 e 1002 – Lourdes – Cep 30.140-082
Fone: (31) 3295-2837, Fax (31) 3295-2815
bauerauditore@bauerauditore.com.br*

UNIODONTO DE CAMPINAS COOPERATIVA ODONTOLÓGICA
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(VALORES EM R\$)

ATIVO	Nota	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		35.436.757,52	29.125.501,20
Disponível	5	4.446.938,44	1.907.373,89
Realizável		30.989.819,08	27.218.127,31
Aplicações Financeiras	6	21.841.971,63	18.381.090,92
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		-	-
Aplicações Livres		21.841.971,63	18.381.090,92
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	7	1.298.590,47	1.531.812,96
Contraprestações Pecuniárias a Receber		1.180.681,08	1.371.377,04
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		117.909,39	160.435,92
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	7	288.659,44	325.379,00
Despesas Diferidas		-	-
Créditos Tributários e Previdenciários	8	270.143,83	460.339,87
Bens e Títulos a Receber	9	6.166.676,62	4.930.860,35
Despesas Antecipadas		-	-
Conta Corrente com Cooperados	10	1.123.777,09	1.588.644,21
ATIVO NÃO CIRCULANTE		13.288.530,53	12.827.615,54
Realizável a Longo Prazo	11	194.033,48	279.814,50
Créditos Tributários e Previdenciários		194.033,48	-
Depósitos Judiciais e Fiscais		-	279.814,50
Investimentos	12	1.940.357,01	1.823.657,52
Participações Societárias pelo Método de Custo		1.940.357,01	1.823.657,52
Imobilizado	13	8.468.047,98	8.432.230,56
Imóveis de Uso Próprio		6.091.862,30	6.363.393,98
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		6.091.862,30	6.363.393,98
Imobilizados de Uso Próprio		2.376.185,68	2.068.836,58
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		2.376.185,68	2.068.836,58
Intangível	14	2.686.092,06	2.291.912,96
TOTAL DO ATIVO		48.725.288,05	41.953.116,74

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIODONTO DE CAMPINAS COOPERATIVA ODONTOLÓGICA
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(VALORES EM R\$)

PASSIVO	Nota	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE		18.752.165,40	14.398.115,77
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	15	6.544.667,63	4.349.777,35
Provisões de Prêmios/Contraprestações		899.125,49	915.880,48
Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganhas - PPCNG		899.125,49	915.880,48
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		2.326.766,22	-
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		3.318.775,92	3.433.896,87
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		1.260.693,33	1.158.085,80
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		1.260.693,33	1.158.085,80
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	4.084.537,78	3.787.607,94
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	18	1.609.302,15	2.569.648,47
Débitos Diversos		5.252.964,51	2.532.996,21
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		7.756.291,24	8.946.025,50
Provisões		4.500,00	313.112,36
Provisões para Ações Judiciais	17	4.500,00	313.112,36
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	2.897.516,82	3.925.503,12
Parcelamento de Tributos e Contribuições		2.897.516,82	3.925.503,12
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	18	4.854.274,42	4.692.410,02
Débitos Diversos		-	15.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.216.831,41	18.608.975,47
Capital Social	19	5.584.235,34	4.308.000,00
Reservas	19	14.617.818,45	13.598.674,64
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		14.617.818,45	13.598.674,64
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado	19	2.014.777,62	702.300,83
TOTAL DO PASSIVO		48.725.288,05	41.953.116,74

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIODONTO DE CAMPINAS COOPERATIVA ODONTOLÓGICA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(VALORES EM R\$)

DESCRIPÇÃO	Nota	2025	2024
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		150.725.213,98	136.861.807,12
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		156.692.601,93	142.068.912,28
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	24	156.405.295,20	142.068.912,28
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		287.306,73	-
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(5.967.387,95)	(5.207.105,16)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	26	(91.014.592,46)	(82.745.793,18)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(90.842.406,68)	(82.422.554,57)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(172.185,78)	(323.238,61)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		59.710.621,52	54.116.013,94
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		1.740,00	4.024,40
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		10.825.135,61	12.385.965,86
Receitas com Operações de Assistência Odontológica		251.437,34	49.667,91
Outras Receitas Operacionais		10.573.698,27	12.336.297,95
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(1.766.825,36)	(1.928.835,83)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde da Operadora	25	(6.180.667,78)	(1.903.353,44)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(4.316.923,08)	-
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(130.443,36)	-
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(1.733.301,34)	(1.903.353,44)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	25	(8.279.951,53)	(9.354.868,28)
RESULTADO BRUTO		54.310.052,46	53.318.946,65
Despesas de Comercialização		(6.148.290,21)	(4.729.797,72)
Despesas Administrativas	29	(47.269.765,93)	(46.505.890,96)
Resultado Financeiro Líquido		1.878.002,58	(1.630.764,70)
Receitas Financeiras		3.529.828,92	2.080.186,32
Despesas Financeiras		(1.651.826,34)	(3.710.951,02)
Resultado Patrimonial		273.482,41	378.677,28
Receitas Patrimoniais		278.179,57	392.370,40
Despesas Patrimoniais		(4.697,16)	(13.693,12)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		3.043.481,31	831.170,55
Imposto de Renda		(108.139,15)	(25.765,10)
Contribuição Social		(64.883,49)	(15.459,06)
RESULTADO LÍQUIDO		2.870.458,67	789.946,39

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIODONTO DE CAMPINAS COOPERATIVA ODONTOLÓGICA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(VALORES EM R\$)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	FATES	OUTRAS RESERVAS	SOBRAS (PERDAS) ACUMULADAS	TOTAL
Saldo em 31.12.2023	4.436.368,20	7.603.634,87	176.848,62	5.031.734,21	567.621,57	17.816.207,47
Integralização Capital	72.831,80	-	-	-	-	72.831,80
Baixa de Cooperados	(201.200,00)	-	-	-	-	(201.200,00)
Transferências para Reservas	-	-	-	567.621,57	(567.621,57)	-
Utilização do FATES	-	-	(191.848,62)	-	176.848,62	(15.000,00)
Fundo Estabilização	-	146.189,81	-	-	-	146.189,81
Resultado do Exercício	-	-	-	-	789.946,39	789.946,39
Fundo de Reserva	-	61.817,91	-	-	(61.817,91)	-
FATES	-	-	30.908,95	-	(30.908,95)	-
FATES Atos Não Cooperativos	-	-	171.767,32	-	(171.767,32)	-
Saldo em 31.12.2024	4.308.000,00	7.811.642,59	187.676,27	5.599.355,78	702.300,83	18.608.975,47
Integralização Capital	1.421.141,95	-	-	-	-	1.421.141,95
Baixa de Cooperados	(144.906,61)	-	-	-	-	(144.906,61)
Distribuição Sobras	-	-	-	-	(702.300,83)	(702.300,83)
Utilização do FATES	-	-	(187.676,27)	-	187.676,27	-
Fundo Estabilização	-	163.462,76	-	-	-	163.462,76
Resultado do Exercício	-	-	-	-	2.870.458,67	2.870.458,67
Fundo de Reserva	-	214.953,10	-	-	(214.953,10)	-
FATES	-	-	107.476,55	-	(107.476,55)	-
FATES Atos Não Cooperativos	-	-	720.927,67	-	(720.927,67)	-
Saldo em 31.12.2025	5.584.235,34	8.190.058,45	828.404,22	5.599.355,78	2.014.777,62	22.216.831,41

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIODONTO DE CAMPINAS COOPERATIVA ODONTOLÓGICA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA LEVANTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
MÉTODO DIRETO
(VALORES EM R\$)

DESCRÍÇÃO	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.322.771,88	6.465.582,34
Recebimentos de Plano Saúde (+)	158.908.688,66	145.010.771,28
Resgate de Aplicações Financeiras (+)	96.075.209,43	97.040.701,32
Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras (+)	2.828.739,90	1.646.329,12
Outros Recebimentos Operacionais (+)	97.968.149,48	107.605.054,87
Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde (-)	91.018.107,19	74.126.031,51
Pagamentos de Comissões (-)	6.148.290,21	4.729.797,72
Pagamentos de Pessoal (-)	22.655.881,61	21.164.214,61
Pagamentos de Pró-Labore (-)	945.214,20	909.137,40
Pagamentos de Serviços Terceiros (-)	3.541.700,60	3.190.099,55
Pagamentos de Tributos (-)	36.736.574,51	35.037.825,02
Pagamentos de Processos Judiciais (-) (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	71.595,99	1.160,00
Pagamentos de Aluguel (-)	326.986,97	301.842,29
Pagamentos de Promoção/Publicidade (-)	3.038.831,94	3.782.163,11
Aplicações Financeiras (-)	100.755.538,48	102.709.058,49
Outros Pagamentos Operacionais (-)	83.219.293,89	98.885.944,55
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.042.672,10)	(2.717.607,39)
Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros (-)	904.895,25	1.221.445,22
Pagamento Relativos ao Ativo Intangível (-)	137.776,85	1.496.162,17
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(3.740.535,23)	(2.941.845,97)
Integralização Capital em Dinheiro (+)	-	-
Pagamentos de Juros e Encargos sobre Emprést./Financiam./Leasing (-)	1.175.631,65	1.101.688,99
Pagamentos de Amortização de Empréstimos/Financiamentos/Leasing (-)	2.564.903,58	1.840.156,98
Pagamento de Participação nos Resultados (-)	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	2.539.564,55	806.128,98
(+) Saldo Inicial de Caixa e equivalentes de caixa	1.907.373,89	1.101.244,91
(-) Saldo Final de Caixa e equivalentes de caixa	4.446.938,44	1.907.373,89
(Redução)/Aumento do Saldo do Caixa e equivalentes de caixa	2.539.564,55	806.128,98
Ativos Livres no Início do Período	18.381.090,92	13.394.309,61
Ativos Livres no Final do Período	21.841.971,63	18.381.090,92
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financeiras - Recursos Livres	3.460.880,71	4.986.781,31

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIODONTO DE CAMPINAS COOPERATIVA ODONTOLÓGICA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(VALORES EM R\$)

DESCRIÇÃO	2025	2024
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.870.458,67	789.946,39
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO	-	-
Itens que serão reclassificados para o resultado	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	2.870.458,67	789.946,39

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIODONTO DE CAMPINAS COOPERATIVA ODONTOLÓGICA
inscrita no CNPJ sob nº 51.304.798/0001-04

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos
em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A UNIODONTO DE CAMPINAS COOPERATIVA ODONTOLÓGICA é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, tendo como objetivo social a congregação das singulares associadas para o exercício de suas atividades econômicas, sem o objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no País.

NOTA 2 – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A cooperativa atua na operação de planos de saúde odontológico, firmando contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de planos “Preço Preestabelecido” e por “Serviços Realmente Prestados”, e “Preço Pós-Estabelecido”, a serem atendidos pelos odontólogos associados e rede credenciada. Possui registro de seus produtos na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob número 35.049-4.

NOTA 3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Elaboração das demonstrações contábeis.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com a legislação comercial e fiscal em vigor, com observância da Lei das Sociedades Cooperativas – Lei nº 5.764/71 e das Normas Brasileiras de Contabilidade – Lei nº 6.404/76 atualizadas e disposições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e obedecem ainda aos padrões da ANS - Agência Nacional de Saúde, conforme plano de contas estabelecido pela RN 528/2022. A Cooperativa também atendeu os quesitos da ITG 2004, na formatação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2024, de forma a permitir a comparabilidade.

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS. Assim, a conciliação pelo método indireto está demonstrada na Nota Explicativa nº 21.



A data da autorização para conclusão e elaboração das demonstrações contábeis foi dada em janeiro de 2026 pela Diretoria Executiva da cooperativa.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime de Escrituração:

A Cooperativa adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) Estimativas Contábeis:

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c) Aplicações Financeiras:

Estão demonstradas ao custo de aplicação acrescida dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2025, seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas.

As aplicações financeiras não vinculadas a fundos garantidores não foram consideradas para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa como Equivalentes a Caixa.

d) Créditos de operações com planos de assistência à saúde:

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento em contrapartida à: (i) conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Odontológicos, e (ii) conta de resultado “receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora” no que se refere aos serviços odontológicos prestados a particulares, bem como ao atendimento a beneficiários de outras singulares (intercâmbio). A Cooperativa constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o Capítulo I, ANEXO da RN nº 528/2022- DIOPE da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, considerando de difícil realização os créditos:

- i. Nos planos individuais com preço preestabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, corridos ou não, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- ii. Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, corridos ou não, a totalidade do crédito desse



contrato foi provisionada;

- iii. Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada;

e) Conta Corrente com cooperados:

Os créditos registrados com cooperados estão sendo registrados pelos valores deliberados por assembleia dos cooperados e registrados a valor justo.

f) Investimentos:

Os investimentos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição, deduzida de provisão para perdas prováveis na realização de seu valor quando este for inferior ao valor de mercado.

g) Ativo Imobilizado:

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A Lei nº 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/1996. As depreciações foram calculadas pelo método linear a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, as quais estão demonstradas em Nota Explicativa específica do Imobilizado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

h) Ativo Intangível:

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos, bem como licenças para usos deles, os quais são amortizados usando-se o método linear ao longo da vida útil dos itens que compõem pelas taxas descritas em nota específica.

Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

i) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa RN nº 574/2023.



A provisão de eventos a liquidar é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência odontológica efetivamente recebida pela operadora e na identificação da ocorrência da despesa odontológica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas odontológicas conforme estabelecido pelas normas da ANS.

Provisões Técnicas:

- i. Provisão de Eventos a Liquidar, com operações de assistência à saúde foram estimadas com base nos eventos ocorridos e notificados à Entidade por seus cooperados, rede própria de intercâmbio e rede de prestadores credenciados, sendo recebidos e liquidados observando-se um cronograma preestabelecido;
- ii. Provisão de Prêmios e Contraprestações não Ganhas, refere-se ao período de cobertura do risco nos contratos preestabelecidos por meio de cálculos individuais, devendo ser constituída diariamente a partir da vigência do risco e revertida no último dia do mês em relação ao risco decorrido de acordo com o princípio de competência; e,
- iii. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados-PEONA, destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base em nota técnica atuarial própria.

j) Imposto de renda e contribuição social:

São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando-se a tributação os valores provenientes de atos não cooperativos.

k) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.



I) Ativos e Passivos contingentes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação;

Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a constitucionalidade e a legalidade de tributos e obrigações definidas em contrato.

m) Apuração de resultado e reconhecimento de receita:

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

As Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

n) Reconhecimento dos eventos indenizáveis:

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada de cooperados e na identificação da ocorrência da despesa odontológica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados/avisados na totalidade a



Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

o) Informações por Segmento:

Em função da concentração de suas atividades na atividade de planos de saúde, a cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio, sendo que as operações não são controladas e gerenciadas pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da cooperativa acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

p) Normas Internacionais de Contabilidade:

A cooperativa vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros e da ICPC-10 do Imobilizado, as quais não foram aprovadas pela ANS - Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis da cooperativa no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 528/2022, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

NOTA 5 – DISPONÍVEL

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Compõe a conta de Caixa e Depósitos Bancários à vista, cujos montantes em 31/12/2025 são de R\$ 4.446.938,44 e em 31/12/2024 de R\$ 1.907.373,89.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

NOTA 6 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A Operadora concentra o valor de suas aplicações financeiras junto aos bancos, conforme quadro abaixo:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS		2025	2024
UNICRED – RENDA FIXA	APLICAÇÕES LIVRES	10.911.744,24	8.764.027,51
ITAÚ S/A – FUNDO	APLICAÇÕES LIVRES	6.327.905,92	5.514.030,07
ITAÚ S/A – FUNDO	APLICAÇÕES LIVRES	2.301.981,45	2.052.184,62
ITAÚ S/A – FUNDO	APLICAÇÕES LIVRES	2.300.340,02	2.050.848,72
Total		21.841.971,63	18.381.090,92



Referem-se a aplicações em títulos de renda fixa mantidos até o vencimento, registrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais estão registrados no resultado do exercício.

NOTA 7 – CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A composição dos “Créditos de Operações de Assistência à Saúde” está representada pelas contas demonstradas a seguir:

CREDITOS DE OPERAÇÕES COM ASSISTENCIA A SAÚDE	2025	2024
(+) CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIARIAS A RECEBER (a)	1.959.087,84	2.336.191,90
(-) PROVISÃO PARA PERDAS SOBRE CREDITOS - PPSC	(778.406,76)	(964.814,86)
(+) CORRESPONSABILIDADE ASSUMIDA	117.909,39	160.435,92
SUBTOTAL	1.298.590,47	1.531.812,96
OPERADORAS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM O PLANO DE SAÚDE	2025	2024
(+) OPERADORAS PLANO DE ASSIST. À SAÚDE (b)	288.659,44	325.379,00
SUBTOTAL	288.659,44	325.379,00
TOTAL	1.587.249,91	1.857.191,96

- (a) Refere-se a valores a receber de créditos com planos de saúde da Cooperativa;
- (b) Refere-se a valores a receber de créditos com Outras Uniodontos (Intercâmbio a receber).

NOTA 8 – IMPOSTOS A COMPENSAR

DESCRÍÇÃO	2025	2024
IRRF Aplicação Financeira	191.760,36	298.000,07
IRRF Faturamento	78.383,47	162.339,80
TOTAL	270.143,83	460.339,87

NOTA 9 – OUTROS VALORES E BENS

DESCRÍÇÃO	2025	2024
a) ESTOQUE (DENTAL)	2.226.067,37	1.477.411,28
b) TÍTULOS A RECEBER	2.794.915,96	1.529.337,31
c) OUTROS CRÉDITOS	60.091,31	1.074.782,65
d) ADIANTAMENTOS	1.085.601,98	849.329,11
TOTAL	6.166.676,62	4.930.860,35

- (a) Estoque da Dental destinado à venda para cooperados registrados ao custo médio ponderado;



- (b) Títulos a Receber referem-se a renegociações de dívidas dos beneficiários junto à Uniodonto, bem com os valores a receber de cartões de crédito originários em vendas de produtos da Dental aos cooperados e/ou recebimentos de renegociações.
- A variação indicada foi resultado direto da ação ativa de direcionamento dos títulos a receber para a assessoria de cobrança especializada, que teve êxito no resgate de valores anteriormente classificados como inadimplentes. Houve impacto no valor as próprias vendas e recebimentos ocorridos, diminuindo a margem indicada.
- (c) Outros créditos referem-se a créditos junto a singulares do sistema Uniodonto. A variação foi impactada pelo recebimento de créditos anteriormente inadimplentes dos participantes do Sistema Nacional Uniodonto, estabilizando as contas e aderindo valor ao que, outrora, estava provisionado como perda.
- (d) Neste item, estão contabilizados os adiantamentos de vales-alimentação, vale-refeição e adiantamentos de vales-transportes.

NOTA 10 – CONTA CORRENTE COOPERADOS

A Entidade possui saldo de valores a receber de cooperados de R\$ 1.123.777,09 em 2025 e de R\$ 1.588.644,21 em 2024, relativamente a vendas diretas aos cooperados.

NOTA 11 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

DESCRÍÇÃO	2025	2024
DEPÓSITOS JUDICIAIS – TRIBUTOS	-	279.814,50
CRÉDITO TRIBUTÁRIO	194.033,48	-
TOTAL	194.033,48	279.814,50

Corresponde aos depósitos judiciais, efetuados por força de objeto de ação de natureza tributária.

NOTA 12 – INVESTIMENTOS

A Cooperativa possui as seguintes cotas de participações em instituições financeiras:

PARTICIPAÇÕES	2025	2024
UNICRED	1.766.978,70	1.650.279,21
UNIODONTO CENTRAL NACIONAL	170.629,32	170.629,32
FEDERAÇÃO DAS UNIODONTOS DE SÃO PAULO	2.748,99	2.748,99
TOTAL	1.940.357,01	1.823.657,52



NOTA 13 – IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2025 o ativo imobilizado estava assim composto:

Itens	Valor Original	Depreciação	2025	2024
Terrenos	2.272.537,54	-	2.272.537,54	2.272.537,84
Edificações	6.788.290,43	2.968.965,67	3.819.324,76	4.090.856,44
Instalações	400.024,47	231.796,91	168.227,56	198.138,51
Máquinas e Equipamentos	314.884,02	91.219,43	223.664,59	238.476,21
Equip. Informática	2.811.986,80	1.787.142,31	1.024.844,49	860.692,29
Móveis e Utensílios	1.087.630,82	650.449,47	437.181,35	456.498,93
Equip. Instrum. Odontol	740.691,93	218.424,34	522.267,59	315.030,54
Total	14.416.046,01	5.947.998,13	8.468.047,88	8.432.230,56

Segue abaixo quadro de movimentação do ativo imobilizado no ano de 2025:

Descrição	2024	2025		
	Valor Contábil Líquido	Aquisições	Baixa/ Depreciação	Valor Contábil Líquido
Terrenos	2.272.537,84	-	-	2.272.537,84
Edificações	4.090.856,44	-	271.531,68	3.819.324,76
Instalações	198.138,51	4.383,77	34.294,72	168.227,56
Máquinas e Equipamentos	238.476,21	15.776,05	30.587,67	223.664,59
Equip. Informática	860.692,29	648.076,82	483.924,62	1.024.844,49
Móveis e Utensílios	456.498,73	80.504,71	99.822,29	437.181,35
Equip. Instrum. Odontol	315.030,54	268.492,14	61.255,09	522.267,59
Total	8.432.230,56	1.017.233,49	981.416,07	8.468.047,98

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros *impairment*, conforme definido na norma CPC 01 é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens e créditos tributários, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas no quadro.



NOTA 14 – INTANGÍVEL

É representado pela aquisição de Software de gerenciamento durante o exercício social.

Descrição	Taxa Anual	31.12.2024	Adições	Amortização	31.12.2025
SOFTWARE	20%	2.291.912,96	1.075.951,25	681.772,15	2.686.092,06
TOTAL		2.291.912,96	1.075.951,25	681.772,15	2.686.092,06

NOTA 15 – PROVISÕES TÉCNICAS

Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde.

DEMONSTRAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS	31.12.2025	31.12.2024
PROVISÕES PRÊMIOS – PPCNG (I)	899.125,49	915.880,48
PROVISÕES EVENTOS – PEL (II)	2.326.766,22	-
PEONA (III)	3.318.775,92	3.433.896,87
TOTAL	6.544.667,63	4.349.777,35

(I) A PPCNG caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal pela operadora da cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestações, proporcionalmente ao período de risco já decorrido. Com a melhoria dos controles internos e a correção de períodos de cobertura de risco da carteira de beneficiários prospectivamente, gerou a variação comparativa entre os anos apresentados.

(II) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. O registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da exigência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Conforme RN nº 521/2022, art. 3º, é obrigatória a vinculação de todos os ativos garantidores, exceto a parcela que visa o lastro do saldo da Provisão de Eventos a Liquidar que tenham sido avisados nos últimos 60 dias. A provisão constituída está lastreada totalmente por ativos garantidores registrados contabilmente no grupo de aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas. Para o exercício, a entidade efetuou pagamento integral dos eventos dentro do mês de competência, gerando a variação destacada em comparativo com o exercício anterior.

(III) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em Nota Técnica emitida por Atuário.



Para a provisão de insuficiência de contraprestações – PIC e Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados no SUS – PEONA SUS, autorizado a partir de janeiro de 2021, pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, calculada de acordo com a RN nº 574/2023, não tiveram valores a serem contabilizados.

NOTA 16 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		
CURTO PRAZO	2025	2024
IRPJ	108.139,15	25.765,10
CSLL	64.883,49	15.459,06
ISSQN	334.785,28	301.269,27
FGTS	146.753,59	128.027,66
INSS	1.145.307,73	1.131.768,30
TCRF	22.569,68	18.271,72
PIS a Recolher	40.767,45	35.251,98
COFINS a Recolher	250.876,68	216.935,25
ICMS	24.511,63	28.952,65
IRRF a Recolher	827.417,42	822.144,00
IRPJ Parcelamento	29.871,31	44.806,20
ISSQN Parcelamento	1.086.472,56	1.015.682,76
COFINS Parcelamento	2.181,81	3.273,48
SUBTOTAL	4.084.537,78	3.787.607,94
LONGO PRAZO	2025	2024
IRPJ Parcelamento	0,00	29.871,31
ISSQN Parcelamento	2.897.516,82	3.893.450,00
COFINS Parcelamento	0,00	2.181,81
SUBTOTAL	2.897.516,82	3.925.503,12
TOTAL	6.982.054,60	7.713.111,06

NOTA 17 – PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

A entidade apresenta possibilidades de riscos eventuais cíveis, trabalhistas e/ou tributários assim distribuídos:

Provisões	2025	2024
Provisões de Tributos	0,00	279.814,50
Provisão para contingências cíveis	4.500,00	33.297,86
Total	4.500,00	313.112,36



Abaixo representamos quadro resumo de movimentações das provisões para contingências:

Provisões	2024	Adições		Baixas		2025
		Provisões	Despesa financeira - Provisões	Por pagto	Por reversão	
Provisões de tributos	279.814,50	0,00	-	-	279.814,50	0,00
Provisão para contingências cíveis	33.297,86	4.500,00	0,00	-	33.297,86	4.500,00
Total	313.112,36	4.500,00	0,00	-	313.112,36	4.500,00

A entidade é ré em diversos processos judiciais cíveis, sendo que o montante classificado como perdas prováveis pelos assessores jurídicos foi de R\$ 4.500,00. Estes valores estão integralmente provisionados.

A entidade é ré em dez processos judiciais cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos. O montante total destes processos é de R\$ 1.060.471,01. Não há provisão para este montante, corroborando assim o que estabelece o CPC 25.

NOTA 18 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

INSTITUIÇÃO:	C.E.C.M. dos Médicos e Demais Profissionais da Área da Saúde de Campinas e Região Ltda.			
	31.12.2025		31.12.2024	
CURTO	LONGO	CURTO	LONGO	
1.609.302,15	4.854.274,42	2.569.648,47	4.692.410,02	
TIPO	ENCARGOS	PRAZO	GARANTIAS	
Cédula de Crédito Bancário	2,67% a.a. 100% CDI	30/08/2026	Aplicações financeiras	

Os empréstimos acima foram contratados para quitação de outros empréstimos de anos anteriores. A renegociação possibilitou à operadora uma economia de aproximadamente R\$ 1.000.000,00, com as taxas de contratação mais atrativas.



NOTA 19 – CAPITAL SOCIAL, RESERVAS E AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

a) CAPITAL SOCIAL:

O Capital Social da cooperativa é representado pela participação de seus cooperados. Em 31 de dezembro de 2025, o Capital Social era composto por 1.221 cooperados, totalizando o montante de R\$ 5.584.235,34. Em 31 de dezembro de 2024, o Capital Social era composto por 1.077 cooperados, totalizando R\$ 4.308.000,00.

b) RESERVAS:

As reservas regulamentadas por lei e estatuto da cooperativa podem assim ser identificadas:

i. RATES (FATES) – Reserva (Fundo) de Assistência Técnica Educacional e Social:

Tem a finalidade de prestar amparo aos cooperados e seus familiares bem como aos empregados da Sociedade, além de programar atividades de incremento técnico e educacional dos sócios cooperados. É constituído por, no mínimo 5% (cinco por cento) das sobras apuradas no Balanço anual e pelo resultado de operações com não associados.

ii. FUNDO DE RESERVA:

Tem a finalidade de reparar eventuais perdas da cooperativa. É constituído por, no mínimo 10% (dez por cento) das sobras apuradas no Balanço anual.

RESERVAS	31.12.2025	31.12.2024
Fundo de Reserva	8.190.058,45	7.811.642,59
F.A.T.E.S.	828.404,22	187.676,27
Outras Reservas	5.599.355,78	5.599.355,78
TOTAL	14.617.818,45	13.598.674,64

As reservas foram constituídas e estão previstas no Art.99 do Estatuto Social da Cooperativa.

Conforme regras descritas no Art. 28 da Lei nº 5.764/1971 e esclarecidas pela Resolução CFC 1.013/05, registramos abaixo a nossa base para o cálculo de constituição do Fundo de Reserva e do FATES.



Descrição	2025	2024
Resultado do Exercício – DRE	2.870.458,67	789.946,39
Resultado de Atos Não Cooperativos destinados ao FATES – Art. 87 da Lei 5.764/71	720.927,67	171.767,32
Sobras/(Perdas) do Exercício	2.149.531,00	618.179,07
Fundo de Reserva – 10%	(214.953,10)	(61.817,91)
FATES – 5%	(107.476,55)	(30.908,95)
Reversão utilização FATES	187.676,27	176.848,62
Sobras à disposição da Assembleia	2.014.777,62	702.300,83

NOTA 20 – CAPITAL REGULATÓRIO

A Resolução Normativa nº 569/2022 dispõe sobre a regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional. O Patrimônio Líquido Ajustado observado é de **R\$ 17.606.782,34**, enquanto a necessidade de capital regulatório é de **R\$ 16.207.973,84**, definida pelo **Capital Baseado em Risco**. Foi considerado o CBR calculado com fatores reduzidos, uma vez que a operadora foi autorizada pela ANS. Então, a operadora está **suficiente (sobra de R\$1.398.808,50)** frente à regra de Capital Regulatório exigida pela ANS.

NOTA 21 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

Na elaboração dos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos consideramos ajustes entre os saldos das contas patrimoniais para eliminar efeitos de variações que efetivamente não representaram movimentação de caixa em conformidade com a NBC TG 03 (R3).

NOTA 22 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

i. Avaliação de Instrumentos Financeiros:

A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades, Créditos, Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar, Débitos de Operações de Assistência à Saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço.



Em 31 de dezembro de 2025, a Operadora não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

ii. Fatores de risco:

A Cooperativa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) Risco de crédito:

Advém da possibilidade de a Cooperativa não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a Cooperativa dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b) Risco de liquidez:

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

c) Risco de taxa de juros:

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da cooperativa estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos aos seus ativos captados (aplicados) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a cooperativa adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB, Fundos de investimento e RDC), aplicados em diversas instituições financeiras.

d) Risco operacional:

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da cooperativa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais, regulatórias e de padrões geralmente aceitos de



comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da cooperativa.

O objetivo da Cooperativa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Cooperativa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- a. exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- b. exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- c. cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- d. documentação de controle e procedimentos;
- e. exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- f. exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- g. desenvolvimento de planos de contingências;
- h. treinamento e desenvolvimento profissional; e,
- i. padrões éticos e comerciais.

e) Risco de mercado:

A Operadora é exclusivamente odontológica e opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos de assistência odontológica com benefícios similares, incluindo as seguradoras do ramo saúde, autogestão e cooperativas de trabalho.

f) Risco Legal:

A observação do risco legal está prevista nas políticas de governança implementadas em observância a resolução normativa nº 518/2022, mitigando, eliminando ou evitando os riscos mapeados para operação de planos de saúde no cenário atual do mercado da saúde suplementar.

g) Risco de subscrição:

A operadora, antecipando as demandas de mercado, promoveu estudos técnicos atuariais e contábeis para o enquadramento do capital baseado em riscos, com o auxílio de assessoria atuarial, a qual foi aprovada a nova gestão do capital demonstrando que, o risco de subscrição comprehende os requisitos técnicos e legais



previstos na resolução normativa nº 569/2022, aprovada pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

NOTA 23 – TESTE DE ADEQUAÇÃO DO PASSIVO

O Teste de Adequação de Passivo (TAP), foi estabelecido pela ANS com vigência a partir de 1º de janeiro/2020 e tem como fundamento estabelecer através de métodos financeiros, estatísticos e atuariais mensuração a valor presente. Com estimativa nos fluxos de caixa futuros, com base nas receitas de contratos assumidos na operação de assistência à saúde serão suficientes para custear as despesas com os beneficiários do plano de saúde (pelo pagamento regular dos prestadores assistenciais). Essa projeção deve estar de acordo com as regras e os parâmetros definidos nos itens 9.1.4, 10.12.2 e 10.12.2.1, anexo Capítulo I – Normas Gerais da RN nº 528/2022 e alterações vigentes.

A Análise Técnica Atuarial foi promovida pela PLURALL – SOLUÇÕES E ESTRATÉGICAS EM SAÚDE SUPLEMENTAR. Nessa análise foi detectado que a UNIODONTO DE CAMPINAS possui suficiências de receitas a longo prazo para operar seus planos odontológicos.

Foi observado o atendimento à íntegra das exigências emanadas da Resolução Normativa nº 528/2022:

- Segregação dos contratos por tipo de contratação e corresponsabilidade assumida;
- Projeção conforme vigência dos contratos limitada a 8 (oito) anos;
- Estimativas de sobrevivência baseadas na tábua biométrica BR-EMS vigentes no momento da realização do estudo técnico;
- Premissas para projeções de receitas e despesas baseadas na experiência da operadora ou do mercado; e
- Utilização de taxa de juros a termo livre de risco para desconto do fluxo.

Em 31 de dezembro 2025 a administração concluiu pela suficiência positiva nas provisões técnicas constituídas no passivo da operadora.

NOTA 24 – CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços preestabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecido se nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.



DESCRIÇÃO	31.12.2025	31.12.2024
PLANOS INDIVIDUAIS / FAMILIAR	24.664.545,31	23.746.596,44
PLANOS COLETIVOS MPRESARIAL / COLETIVO POR ADESÃO	126.634.210,83	113.268.232,36
CORRESPONSABILIDADE ASSUMIDA	5.106.539,06	5.054.083,48
TOTAL DAS CONTRAPRESTAÇÕES	156.405.295,20	142.068.912,28

NOTA 25 – DESPESAS OPERACIONAIS COM PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As despesas não relacionadas com o plano de assistência à saúde são constituídas de valores de compras de produtos odontológicos para atendimento aos cooperados, provisão para perdas e gastos com rede própria. No ano de 2025 foi constituída a provisão para perdas de títulos negociados e vencidos há mais de 90 dias e em relação a compras de mercadorias, os valores estão demonstrados no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2025	31.12.2024
COMPRAS DE MERCADORIAS	6.250.257,16	8.986.563,69
PROVISÃO PARA PERDAS	1.733.301,34	1.903.353,44
OUTRAS DESPESAS	6.477.060,81	368.304.,59
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	14.460.619,31	11.258.221,72

NOTA 26 – EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada de cooperados e na identificação da ocorrência da despesa odontológica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas odontológicas.

DESCRIÇÃO	31.12.2025	31.12.2024
PLANOS INDIVIDUAIS / FAMILIAR	11.836.955,48	10.227.867,04
PLANOS COLETIVOS EMPRESARIAL / COLETIVO POR ADESÃO	75.804.013,49	69.026.364,75
CORRESPONSABILIDADE ASSUMIDA	3.201.437,71	3.168.322,78
VARIAÇÃO DA PROVISÃO DE EVENTOS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS	172.185,78	323.238,61
TOTAL DOS EVENTOS	91.014.592,46	82.745.793,18

NOTA 27 – SEGUROS

A entidade está segurada através da apólice nº **1.180.112.437** que mantém cobertura de seguro em valores considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais



sinistros. Sua cobertura é de 21 de janeiro de 2025 até 20 de janeiro de 2026 e abrange os valores em riscos declarados de todas as unidades, que totalizam o montante de **R\$34.535.000,00** para danos materiais, contra incêndio e riscos diversos para parte dos bens, do ativo imobilizado.

NOTA 28 – CRITÉRIO DE RATEIO

A Operadora não possui critério de rateio da estrutura própria, entre custos assistenciais e despesas administrativas, no que se refere à localização e funcionamento, a empresa considerou a área física da sede destinada a cada atividade.

Já em relação às despesas com pessoal, todos os valores de salários e encargos da equipe ligada ao atendimento e equipe administrativa ficam alocados no custo assistencial.

NOTA 29 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Neste grupo estão as despesas com Pessoal, localização, Publicidade e Propaganda, tributos e despesas diversas.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2025	2024
Despesas com Pessoal Próprio (i)	28.829.618,56	29.744.481,21
Despesas com Serviços de Terceiros	3.541.700,60	3.190.099,55
Despesas com Localização e Funcionamento (ii)	10.315.099,62	9.338.550,77
Despesas com Publicidade e Propaganda (iii)	2.939.947,33	3.765.567,23
Despesas com Tributos	337.813,94	348.581,60
Despesas Administrativas Diversas (iv)	1.305.585,88	118.610,60
TOTAL	47.269.765,93	46.505.890,96

- (i) Houve uma pequena redução no quadro de funcionários em relação ao exercício anterior, o que ocasionou a variação destacada, apesar da manutenção do reajuste salarial anual.
- (ii) No exercício de 2025, a entidade realizou obras de reforma e ampliação em seus consultórios e clínicas, visando a melhoria da capacidade operacional e das instalações físicas.
- (iii) No exercício de 2025, a entidade procedeu à renegociação dos contratos firmados com agências de publicidade, resultando na redução das despesas com publicidade incorridas no período.
- (iv) O aumento significativo das despesas diversas no período está relacionado, principalmente, aos gastos incorridos com a realização do 11º Congresso, os quais



compreenderam, entre outros, custos com locação de espaços, serviços de organização, infraestrutura, divulgação e apoio operacional.

NOTA 30 – PRÁTICAS MÍNIMAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em atendimento ao disposto na RN nº 518/2022, a Empresa adota a práticas mínimas de governança, com ênfase em controles internos e gestão de riscos. Os procedimentos adotados são revisados e atualizados de acordo com a complexidade das suas atividades respeitadas as características e estruturas estabelecidas no Estatuto Social e normas internas da Empresa.

NOTA 31 – PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas compreendem a Diretoria e Conselhos de Administração, Fiscal e cooperados. As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais e apresentaram as seguintes movimentações no decorrer do exercício de 2025:

DESCRÍÇÃO	31.12.2025	31.12.2024
Venda Dental para Cooperados	5.552.968,73	6.956.439,67
Remuneração da Diretoria e Conselheiros	2.740.877,91	4.574.748,24
Produção Odontológica	60.041.934,31	59.545.079,65
Conta corrente de cooperados	1.123.777,09	1.588.644,21

Campinas-SP, 31 de dezembro de 2025.

UNIODONTO DE CAMPINAS COOPERATIVA ODONTOLÓGICA

Vladimir Borin Pacheco Junior
Presidente
CPF: 255.290.978-71

Cléia Regina Alves Massucato
Contadora
CRC: 123.647.058-35



Barueri, 21 de janeiro de 2026.

Termo de Responsabilidade Atuarial e Provisões Técnicas

4º TRIMESTRE DE 2025

0

Eu, Yuri Tavares Pinto, telefone (11) 2424-4695, e-mail yuri.tavares@prosperabr.com, inscrito no CPF sob o n.º 130.374.266-75, como atuário legalmente habilitado, com número de registro profissional MIBA 3.760, sou responsável pelo cálculo das Provisões Técnicas da operadora **UNIODONTO DE CAMPINAS COOPERATIVA ODONTOLÓGICA**, registrada sob o n.º 35.049-4 na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS,

DECLARO, para os devidos fins de direito:

A - que os trabalhos foram conduzidos de acordo com os princípios atuariais e as diretrizes estabelecidas pela regulamentação vigente. Desta forma, as Provisões Técnicas foram verificadas e apuradas com base em metodologias atuariais de cálculo aderentes à realidade operacional da operadora;

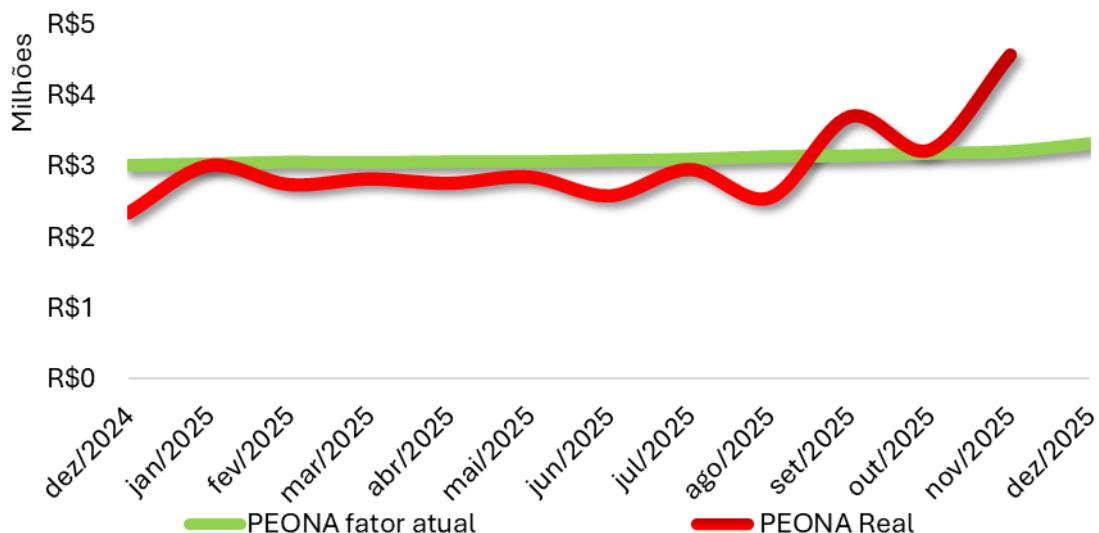
B – que no quadro abaixo estão dispostos os valores das provisões apuradas por mim para cada mês do trimestre em referência:

Mês de Competência	PEONA Outros Prestadores
out-25	R\$ 3.180.207,71
nov-25	R\$3.208.157,87
dez-25	R\$3.318.775,92

C - que executei testes que atestam a qualidade dos dados que serviram de base para a elaboração do cálculo da Provisão para PEONA Outros Prestadores;

D – que ao proceder à apuração da PEONA Outros Prestadores, com os dados atualizados até dezembro/2025 pudemos aferir a PEONA real até o mês de novembro/2025 (em razão do descarte de 1 mês).

Segue gráfico comparativo PEONA Real x Estimada:



Nos 12 meses, a média da PEONA estimada foi de R\$ 3,09 milhões e a média da PEONA real foi de R\$ 3,01 milhões. Uma diferença de 3%.

As estimativas da provisão encontram-se adequadas à realidade da operadora. Sugerimos, portanto, a manutenção do fator de cálculo da PEONA de **0,4384** para as contabilizações a partir de janeiro/2026.

Ressaltamos que a PEONA real apresentou um crescimento nos últimos três meses, com um pico em novembro/2025. Caso este maior volume de eventos seja mantido nas próximas competências, pode ser necessário o reajuste do fator.

E – assumir, integral responsabilidade pela fidedignidade das declarações ora prestadas, ficando a ANS, desde já, autorizada a delas fazer, nos limites legais e em juízo ou fora dele, o uso que lhe aprouver;

F – estar ciente que qualquer comissão ou omissão de informação, no que tange aos trabalhos por mim executados, **que vier a dar causa** à instauração do regime de direção fiscal e/ou liquidação extrajudicial nos últimos 12 (doze) meses à data de instauração, poderá levar a indisponibilidade dos meus bens, com base no disposto no inciso I, do § 3º, do art. 24-A, da Lei 9.656/1998.

Barueri, 21 de janeiro de 2026.

YURI TAVARES
PINTO:13037426675

 Assinado de forma digital por YURI
TAVARES PINTO:13037426675
Dados: 2026.01.21 16:54:18 -03'00'

Yuri Tavares Pinto

MIBA 3.760



Prospera Inteligência Atuarial e Analytics

CNPJ 03.322.366/0001-75

CIBA 098

Eu, Vladimir Borin Pacheco Junior, CPF nº 255.290.978-71, representante da operadora UNIODONTO DE CAMPINAS COOPERATIVA ODONTOLÓGICA, registrada sob o nº 35.049-4 na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, declaro que as informações fornecidas para apuração das provisões técnicas são fidedignas e consistentes com os demonstrativos contábeis da operadora e das informações encaminhadas à ANS por meio do DIOPS-XML. Declaro ainda que, estou ciente das informações anteriores e que os valores de provisões apuradas por metodologia atuarial foram refletidos nos registros contábeis da operadora e no DIOPSXML encaminhado à ANS.

Campinas, 21 de janeiro de 2026.

VLADIMIR BORIN
PACHECO
JUNIOR:2552909787

 Assinado de forma digital por
VLADIMIR BORIN PACHECO
JUNIOR:2552909787
Dados: 2026.01.23 09:51:16
-03'00'

1
Vladimir Borin Pacheco Junior

Presidente

